



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUMIRIM  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
CEP: 36.970-000

**LEI MUNICIPAL Nº 591/77, de 28 de setembro de 1977.**

“Dispõe sobre serviço de transporte de passageiros em Manhumirim.”

Faço saber que o povo de Manhumirim, por seus representantes na Câmara Municipal decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** A exploração do serviço de transporte de passageiros por autoridades de categoria de aluguel, tipo táxi, constituindo serviço de utilidade pública, reger-se-á, em Manhumirim, pelo instituto da permissão observados os preceitos pertinentes a legislação de trânsito e tráfego e pelas normas estabelecidas nesta lei.

**Art. 2º.** A permissão será conferida por prazo indeterminado.

- O órgão competente expedirá o respectivo tempo de permissão em duas vias.

**Art. 3º.** Os veículos destinados ao serviço serão de espécie automóvel, incluindo os utilitários, com capacidade até 04 (quatro) passageiros.

- A permissão outorgada através de convocação de candidatos, visando aumento de frota, não poderá ser expedida, se vinculada a veículo com mais de 05 (cinco) anos de fabricação, excluindo os já existentes até abril do corrente ano.

**Art. 4º.** Os veículos de apenas 02 portas não poderão exceder a 70% em relação ao cômputo geral.

**II - Dos Permissionários**

**Art. 5º.** A permissão será deferida mediante ato unilateral, discricionário e precário com o assentimento puro e simples do permissionário a motorista profissional autônomo assim considerado o proprietário ou promitente comprador de um só veículo, não sendo admitida a co-propriedade.

**Art. 6º.** O motorista profissional autônomo fará prova preliminar.

a) de não exercer qualquer profissão ou atividade particular ou pública, com ou sem vínculo empregatício de qualquer espécie;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUMIRIM**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CEP: 36.970-000**

- b) de aquisição do veículo (art. 5º);
- c) de identidade (instituto de identificação SSPMG);
- d) de conduta através de atestado de antecedentes de folha corrida expedidas por institutos de identificação onde tenha domiciliado ou residido nos últimos 5 anos;
- e) de aquisição com o serviço militar;
- f) de quitação com o serviço eleitoral;
- g) de saúde, através de atestado médico do órgão oficial.

**Art. 7º.** O permissionário profissional autônomo não poderá matricular outro motorista no veículo.

**Art. 8º.** No caso de alienação de veículo pelo proprietário autônomo poderá o mesmo requerer a reserva da permissão, por um período de 30 dias prorrogáveis a critério da administração, ficando extinta a permissão, findo o prazo.

**Art. 9º.** Os permissionários remeterão à Prefeitura, requerimento ao alienarem o veículo e se afastarem das atividades.

**III - Dos veículos**

**Art. 10.** Os veículos deverão oferecer segurança, higiene e conforto, devendo as vistorias serem especiais, podendo ser compulsoriamente determinada, a juízo da autoridade municipal.

**Art. 11.** Os veículos deverão ser dotados de caixas externas sobre o teto, com a palavra TÁXI, com dispositivo luminoso.

**Art. 12.** Não será permitida qualquer indicação, inscrição ou legenda nas partes internas e externas dos veículos, além da citada no artigo 11.

**Art. 13.** Será determinada a vistoria sempre que o veículo haja ocorrido acidente, devendo ser proibida a circulação até mesmo se atingida apenas a pintura, até que seja reparada.

**IV - Dos motoristas**

**Art. 14.** Além dos cumprimentos dos deveres constantes na legislação de trânsito, o motorista de táxi está obrigado:

- a) a conhecer as disposições da lei;
- b) achar-se matriculado no veículo que dirige;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUMIRIM**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CEP: 36.970-000**

- c) a ter documentos alusivos à regularidade da circulação do veículo, a permissão à matrícula, quitação a contribuição sindical e previdenciária, carteira profissional atualizada, o atestado de aprovação do exercício, quitação do Imposto sobre serviço de qualquer natureza;
- d) a manter o veículo em perfeito estado de segurança e limpeza;
- e) a verificar ao fim de cada corrida, se foi deixado algum objeto no veículo, quando parar e o passageiro deixar o veículo;
- f) só fazer uso de aparelhos como rádios, gravadores ou qualquer outro semelhante, com o consentimento prévio do usuário;
- g) não fumar quando conduzindo passageiros, salvo com a aquiescência do mesmo;
- h) apanhar a bagagem do passageiro e acomodá-la no porta-malas ou no interior do veículo procedendo de forma inversa quando do desembarque.

**Art. 15.** Além das proibições previstas em lei, é vedado ao motorista de táxi:

I - abandonar o veículo em ponto de estacionamento proibido, ou fora dele, ou retira-lo de circulação subtraindo-o à prestação de serviço em horário de trabalho, sem motivo ou força maior devidamente comprovado, devendo ser colocado substituto a fim de que não haja em horário de serviço;

II - Fazer-se acompanhar no veículo por pessoas estranhas ao serviço, quando vier a conduzir passageiros;

III - Dormir no veículo;

IV - Fazer refeições no veículo;

V - Conduzir passageiros com pressa, alegando ter hora marcada com outro;

VI - Usar bebidas alcoólicas em horário de serviço;

VII - Dirigir gracejos, gestos ou palavras obscenas durante o serviço;

VIII - Recusar a atender a um usuário preferindo outro sob qualquer pretexto;

IX - Circular com defeito ou ruído inconveniente no veículo;

X - Insistir com o passageiro para pegar ser carro impedindo a livre escolha;

XI - Quando atender ao telefone mentir dizendo que o colega chamado não está no ponto.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUMIRIM**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CEP: 36.970-000**

**V - Das infrações**

**Art. 16.** Será considerada infração a inobservância de dever ou proibição prevista nos capítulos III e IV.

**VI – Das Penalidades**

**Art. 17.** As inobservâncias das disposições desta Lei e de instruções que lhe venha complementar, sujeitará o titular da permissão e o condutor matriculado, conforme gravidade da falta considerada a critério da administração e sem prejuízo das sanções penais e civis, as seguintes penalidades que serão impostas por despachos do Chefe do Executivo Municipal ou autoridade que este designar:

- I- Advertência;
- II- Multa (art. 83, item XIX, do Código Nacional de Trânsito e art.175, item XIX, do Regulamento);
- III- Suspensão temporária da permissão;
- IV- Cassação da permissão;
- V- Recolhimento temporário do atestado de aprovação de exercício;
- VI- Cassação do atestado de aprovação do exercício;
- VII- Cassação de idoneidade.

A prática simultânea de uma infração implicará na aplicação comutativa de penalidades.

**Art. 18.** A aplicação de penalidades não isenta o infrator de sanar imediatamente a falta ou irregularidade que tiver dado causa à punição.

**Art. 19.** A pena de suspensão temporária que implicará no corte imediato das placas de identificação do, poderá ser fixada a disposição da autoridade em 30 (trinta) ou 90 (noventa) dias.

**Art. 20.** Além de outros motivos que conduzam à inidoneidade para prestação de serviços, será cassada a permissão ou atestado de aprovação de exercício quando se apurar em sindicâncias ou inquérito:

- a) Incontinência no uso de bebidas alcoólicas;
- b) Tráfico ou uso de entorpecentes que determinam dependência física ou psíquica;
- c) Prática de crime contra o patrimônio ou costumes;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUMIRIM**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CEP: 36.970-000**

- d) Associação com outras pessoas para cometer crimes;
- e) Prática de crime contra a segurança nacional, contra a fé pública, falsificação de títulos e papéis públicos;
- f) Envolvimento em crime de falsidade documental e de outras falsidades previstas na legislação penal;
- g) Prática de crime contra administração da justiça e administração geral;
- h) Prática de crime doloso por acidente de veículo;
- i) Conduta não condizente para o exercício da delegação, a critério da autoridade competente.

**Disposições Gerais**

**Art. 21.** O Prefeito Municipal baixará ato, fixando prazos para abertura, encerramento e julgamento de inscrições de candidatos a permissão.


1º - As inscrições serão feitas perante comissão própria, designada pelo Prefeito Municipal, com obediência rigorosa à ordem cronológica de apresentação dos interessados.

2º - A comissão que julgará cada um dos pedidos de inscrição, relacionará sempre um número de candidatos superiores aos das permissões a serem outorgas, de modo que as indeferidas possam ser substituídas pelos excedentes, respeitada a ordem de inscrição.

**Art. 22.** Os casos omissos serão resolvidos pelo chefe do Executivo que baixará ordenamentos interpretativos ou complementares.

**Art. 23.** Esta lei entrará em vigor na data de sua promulgação, revogadas as disposições em contrário.

Manhumirim, em 28 de setembro de 1977.

  
\_\_\_\_\_  
Jorge Caetano dos Santos  
Prefeito Municipal.